

“Estamos na reta final”, diz Armínio Fraga

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

“Estamos na reta final, o acordo (sobre a dívida externa) está muito próximo”, afirmou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil (BC), Armínio Fraga, ao sair da palestra para 164 banqueiros e empresários reunidos num almoço pelo Conselho das Américas. “Eu volto agora para a mesa de negociações com o Pedro Malan e os bancos”, acrescentou.

Ele não quis entrar em pormenores. “Falta pouca coisa, mas prefiro não entrar em detalhes para não atrapalhar o ritmo das discussões, que está indo muito bem”, argumentou. O fato de estar já ultrapassado o prazo dado para conclusão do acordo pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira (final do primeiro semestre), não o impressiona:

“O ministro não especificou propriamente um prazo. Apenas mencionou o tempo em que isso naturalmente chegaria ao fim, e está chegando. Uma semana a mais, ou duas semanas, não faz diferença. O que importa é que o acordo está bem estruturado, e tecnicamente, economicamente, faz muito sentido para o Brasil”, explicou. Antes de embarcar no automóvel, Fraga diria ainda

que a questão do pagamento escalonado das garantias remanescentes (phase in) “está bem encaminhada”.

Sua exposição no Conselho teve como tema “Investimento externo, câmbio e mercados de capital no Brasil: desenhando os novos regulamentos”, e Fraga passou tão rapidamente quanto pode sobre o tema de renegociação da dívida externa de cerca de US\$ 42 bilhões do país com os bancos, da qual participa.

“Não tenho muito a dizer sobre isso”, esquivou-se. “A não ser que estamos muito perto de um acordo, mas ainda não chegamos lá. Estou vindo por aqui as faces de alguns de meus colegas na mesa de negociações (do lado dos banqueiros). Assim que terminarmos o almoço, espero que voltemos logo para concluir o trabalho.”

APOIO

Fraga começou lembrando que esse almoço se realiza no mesmo dia em que cerca de mil líderes empresariais se encontram em São Paulo para dar um voto de apoio ao ministro Marcílio e sua política econômica. “A presença dos senhores aqui representa o mesmo tipo de sinal, e os agradeço por isso”, disse ele.

Tudo que a atual equipe econômica está fazendo reflete problemas herdados

da década de 80, segundo ele. São dificuldades de quatro ordens, começando com o descontrole macroeconômico e o controle microeconômico, que a seu ver precisa ser invertido. Os problemas de ordem macro influem na inflação e no déficit fiscal muito elevados. As dificuldades micro nasceram da excessiva regulamentação econômica, de um lado, e dos diversos choques provocados pelo próprio governo.

A esse grupo soma-se o esgotamento do modelo econômico fechado, movido a substituição de importações, que funcionou bem para o País durante a maior parte deste século, mas agora necessita de reformas estruturais; e as fundações legais da sociedade brasileira, que precisam ser revistas em várias áreas, aí incluída a Constituição de 1988.

Do ponto de vista macro, Fraga lembrou que há um ano a atual equipe herdou preços congelados, dinheiro privado congelado, tarifas públicas subvalorizadas e uma taxa de câmbio supervalorizada, além de uma inflação apontada acima de 30% ao mês. Históricou os progressos alcançados nesses pontos, e na área externa, o acordo “standby” com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Clube de Paris e agora, quase concluí-

do, com os bancos comerciais.

OPORTUNIDADE

Fraga disse que o acordo com o FMI está sendo cumprido. Ele estabelecia um superávit primário de 3%, contabilizando a dívida não financeira da União, no primeiro semestre — e o governo conseguiu. Os objetivos de nível de reservas internacionais e monetários também “foram facilmente alcançados”; apesar de algum distanciamento dos objetivos nominais do programa nos últimos três meses, e de um índice de inflação mais alto que o previsto no mesmo período.

As perspectivas no lado fiscal são positivas, a seu ver.

No segundo semestre o governo se beneficia da reforma fiscal provisória aprovada no ano passado, que Fraga entende “não ser a que desenhemos para um Brasil próspero”, mas facilitará o cumprimento das metas do FMI. Mencionou também notícias da imprensa sobre líderes empresariais e sindicais pedindo a aprovação da reforma fiscal.

A última parte de sua exposição justificou o título. O diretor do BC lembrou que há cerca de um ano um grupo de investidores se reuniu e produziu o que chamaram de “livro azul”, listando as mudanças que consideravam necessárias

para estimular a entrada do capital estrangeiro no Brasil. “Nós capturamos essa oportunidade”, diz Fraga, “e aceleramos as reformas”. A primeira que mencionou foi a provisão para não taxar mais os ganhos de capital.

Ele lembrou que a lei que regulamenta o capital estrangeiro no Brasil, de número 4131, está completando 30 anos. Foi produzida num período em que os brasileiros achavam que podiam colocar uma cerca em torno do País e desconfiavam muito dos estrangeiros. Mas a lei funcionou razoavelmente, a seu ver, porque suas regras, embora não fossem as melhores, permaneceram estáveis durante o período.

ROYALTIES

Sua reforma está em andamento agora, diz Fraga, porque os brasileiros perceberam que os tempos mudaram, e que o País está competindo por recursos com o resto do mundo. Dá-se na reforma especial ênfase a questões tecnológicas.

Por isso, a subsidiária brasileira de uma empresa multinacional vai poder contribuir para o programa de pesquisas e desenvolvimento da matriz.

Empresas estrangeiras terão acesso a créditos de longo prazo dos bancos brasileiros de desenvolvimento.

A remessa de royalties será liberalizada, e os brasileiros terão facilidade para investir no exterior. Aplicadores estrangeiros já estão autorizados a fazer operações internas de “hedging” (uma espécie de seguro contra variações de preço), e a liberação de operações conversíveis está a caminho. “A principal filosofia do governo é a de sair da frente dos negócios, desobstruir o caminho”, ressaltou.

Como resultado da implementação parcial da abertura da economia ao exterior, o influxo externo líquido de recursos nas bolsas de valores é de US\$ 2 bilhões no momento. E Fraga nota que a despeito das turbulências políticas recentes, o influxo no mês de junho passado foi positivo: aumentaram as saídas de capital estrangeiro, mas a queda dos preços das ações nas bolsas atraiu outros investidores.

O influxo externo líquido de recursos é de US\$ 11,6 bilhões no acumulado dos últimos doze meses, e de US\$ 9,6 bilhões neste ano apenas. A captação de empresas brasileiras no euro-mercado de bônus soma US\$ 4,6 bilhões em doze meses, e US\$ 3 bilhões neste ano apenas. Operações com recebíveis de exportação somam US\$ 300 milhões, e de Commercial Papers, US\$ 2,8 bilhões.